

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

O MAPA BICONTINENTAL NO CONTEXTO DA GEOPOLÍTICA DO CONTINENTE ANTÁRTICO.¹
THE BICONTINENTAL MAP IN THE CONTEXT OF THE GEOPOLITICS OF THE ANTARCTIC CONTINENT.

Cristina De Moraes², Beatriz Magalhães Santos³

¹ Estudo realizado nas atividades da Mapoteca do Departamento de Geografia - Unesp/RC.

² Doutoranda em Geografia ? Unesp/RC. Bolsista do CNPq. Membro da Mapoteca do Dpto de Geografia ? RC.

³ Graduanda em Geografia (Bacharel/Licenciatura) ? Unesp/RC. Bolsista de Educação Tutorial e membro da Mapoteca do Departamento de Geografia ? Unesp/RC.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa compreender a importância da representação cartográfica frente as disputas geopolíticas contemporâneas, situando os mapas como importantes estratégias políticas no início do século XXI. Possui como objeto de análise o Mapa Bicontinental da República Argentina (MBRA) e a lei 26.651 de 2010 que torna obrigatório o uso dessa representação como oficial no contexto das relações geoestratégicas estabelecidas em torno das riquezas naturais existentes e da importância geoestratégica do continente da Antártica. Para isso é situado o contexto internacional em torno do Cone Sul, posteriormente é analisado os interesses constantes na lei que determina o uso do MBRA como oficial em contraposição dos outros mapas mais utilizados e conhecidos (como o de 1954, que consta na figura 01). Construído esse aporte histórico-geográfico, analisamos como esse documento cartográfico está inserido no âmbito das disputas territoriais.

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

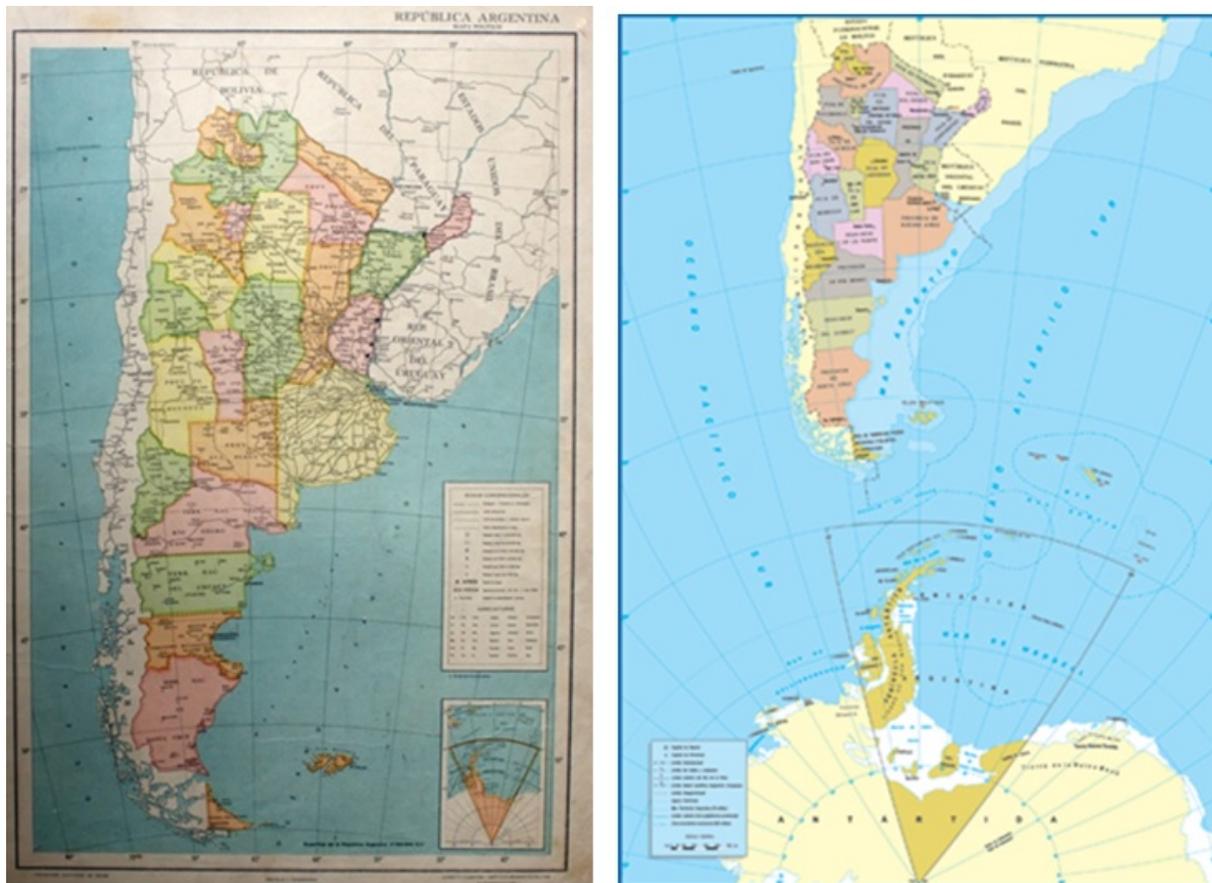


Figura 01. Fonte:(Imagem Esquerda) Biblioteca escolar de documentos históricos [<http://archivohistorico.educ.ar/content/rep%20C3%BAblica-argentina-en-1954>]; (Imagem Direita): Instituto Geográfico Nacional [<http://www.ign.gob.ar/AreaInstitucional/Normativa/Leyes/LeyBicontinental>]. Org.: as autoras.

Os recursos naturais americanos são historicamente fontes de disputas dos grandes centros da economia mundial, de modo, que a estruturação dessas economias e sociedades foi construída sobre a potencialidade natural existente na América. Essa relação de dilapidação dessas riquezas por organizações políticas externas, uma relação hierárquica plurissecular que vai da atuação das coroas dinásticas às relações econômicas com os países centrais da economia mundial, têm recebido nas últimas décadas o aporte dos discursos de interesses globais, tais como preservação ecológica mas que por outro lado, pressionam os interesses e soberania dos países da América do Sul, dado que esses por deter menor poder tecnológico e econômico não tem conseguido atingir os padrões estipulados por acordos mundiais para a preservação e manutenção desses recursos.

A Antártica é um continente com amplas extensões territoriais e que detém uma reserva importante de recursos como prata, cobre, cromita, ouro, urânio e outros minerais pesados situa

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

esse continente como um importante espaço de reservas de recursos para o desenvolvimento da economia capitalista. Essa condição coloca-o como um espaço ambicionado o que fomenta disputas territoriais para domínio e soberania de porções desse território por diferentes países, que muitas vezes empregam os discursos de interesses para o bem internacional para viabilizar estratégias de exploração e influências em regiões estratégicas. Essa postura comandada sobretudo pelos países centrais da economia capitalista, torna a situação delicada, atribuindo uma importância geoestratégica no domínio e exercício da soberania estatal nas faixas de terras e marítimas que competem a cada país.

A República Argentina implantou a primeira estação permanente nesse continente em 1904, desenvolvendo atividades ininterrupta (COLACRAI, 2013) através de trezes estações, sendo seis permanentes e sete temporárias. Em 1951, foi criado o Instituto Antártico Argentino (IAA) visando orientar, controlar e executar pesquisas e estudos na região (PEREIRA, 2008). Em 1969 foi criada a Dirección Nacional del Antártico (DNA), “com a missão de dirigir, sustentar e controlar a atividade antártica argentina de acordo com os objetivos, política, e estratégias nacionais e com os recursos e meios dados pelo Estado” (PEREIRA, 2008, p. 22).

Desde o início da década de 20, do século XX, já demonstrava interesse oficial no continente, alegando que possuía direito de jurisdição sobre os territórios polares. Duas décadas mais tarde, a reivindicação sobre o continente seria realizada mediante sucessivas notas governamentais, sendo que em 1957, através do decreto 2191 desse ano, formalizou sua reivindicação:

El Territorio Nacional de la Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico Sur comprende: La parte oriental de la Isla Grande y demás Islas del Archipiélago de Tierra del Fuego e Islas de los Estados y Año Nuevo, conforme a los límites fijados por el tratado del 23 de julio de 1881, las Islas Malvinas, las Islas Georgias del Sur, las Islas Sandwich del Sur y el Sector Antártico Argentino comprendido entre los meridianos 25º Oeste y 74º Oeste y el paralelo 60º Sur. (ARGENTINA, 1957).

Nesse contexto de disputas geopolíticas, os países adotam estratégias que visam assegurar a soberania sobre esses recursos naturais, recorrendo inclusive para a representação do território nacional. A formação territorial de um Estado requer um processo híbrido entre valorização espacial e valorização simbólica como elementos que conjuntamente consubstanciam a formação do território ao longo do tempo (MORAES, 2002; 1996). Nessa prática, a representação através de cartas, mapas e outras imagens que demonstram a silhueta do território são usadas como ferramentas para desenvolver desígnios políticos. Conforme destaca Anderson (2008) “o mapa mostra o que é nacional”: como produto de trabalhos institucionais ou encomendados por autoridades estatais, conformam profundamente a maneira como o Estado constrói a reflexão e memória sobre os processos desenvolvidos neste espaço circunscrito. Ao representar quais elementos, informações e topos compunham a geografia e a história de uma sociedade, o mapa corrobora uma dada visão de mundo que aponta aquilo que deve ou não ser considerado como elemento importante de uma nação.

É evidente que a República Argentina considera a integração das porções antárticas como de fundamento nacional (PEREIRA & CASTRO, 2009, p. 5), de modo, que no ano de 2010 através da

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

lei 26.651 institui a obrigatoriedade do uso desse mapa bicontinental em “todos os níveis educativos assim como também exige que seja exibido em todas as dependências públicas nacionais e provinciais” (LOIS, 2012, p.01). Conforme destaca Lois, em questões cartográficas o evento de 2010 não traz novidades, dado que desde 1961, o Instituto Militar Geográfico já havia publicado documento em que as terras continentais, insulares (Ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sândwich do Sul) e antárticas aparecem sobre a mesmas escalas. A mudança consiste na obrigatoriedade do uso desse mapa em repartições públicas, que visam de representação pode ser analisada no mosaico abaixo que traz no lado esquerdo o Mapa da República Argentina publicado na década de 50, e ao lado o Mapa Bicontinental da República Argentina de 2010. Essa obrigatoriedade tem como motivação a construção na população argentina, sobretudo nas novas gerações (FERNANDEZ, 2010) uma consciência territorial para além do continente americano, mas que abarque as terras insulares e antárticas. Para Fernandez (2010) há uma falta de consciência marítima na população argentina, o que constitui um desafio do ponto de vista educacional e patriótico.

A partir do exposto a pergunta que tentamos responder: quais as possibilidades cognitivas que podem ser exploradas a partir da imagem dos mapas, tomando o exemplo acima como objeto de análise. E qual a relação que essas cognições possui com o contexto da geopolítica dos recursos naturais.

METODOLOGIA

Para realizarmos esse estudo utilizamos da revisão bibliográfica para compreensão histórica-geográfica das relações de poder em torno da conquista e disputas territoriais motivadas pela apropriação de recursos naturais. Outro procedimento de método diz respeito a nossa postura teórica e epistemológica para leitura do mapa em estudo. Usamos de forma combinada e complementar, dado que não são excludentes, as perspectivas desconstrutivista e visual. Essas vertentes se consolidaram como opções metodológica e epistemológica alternativas frente ao predomínio da perspectiva empirista e representacional, com ênfase na precisão da informação, investindo em uma possível neutralidade da representação. A desconstrutivista é representada sobretudo por Harley (2005), que teve o mérito de introduzir nas análises cartográficas o âmbito político para desvendar as ideologias e visões de mundo que integravam as cartas, mapas e demais representações cartográficas. Da perspectiva visual, que emerge sobretudo a partir dos anos 2000, é aqui usada para guiar o pensamento na inquirição acerca das possíveis leituras a partir da imagem cartográfica representada. Propõe que os mapas, mesmo elaborados enquanto instrumentos e documentos cartográficos são lidos e compreendidos como imagens, dado que o domínio da ciência cartográfica não é de todos. Tomados como imagens permite que o pesquisador investigue quais as possíveis visões e processos cognitivos podem ser explorados nesses documentos. Aqui os mapas são compreendidos tanto como documentos cartográficos que comportam uma série de informações geográficas, como também imagens cartográficas que incidem sobre a ideia de espaço que as cartografias estão comunicando. Em outras palavras: como uma pessoa leiga, vê e pensa o espaço, o território nacional a partir daquele desenho gráfico? Outro procedimento fundamental para ambas as posturas epistemológicas acerca da cartografia é a consideração espaço-temporal em que se situam para evitar anacronismos históricos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

A partir da perspectiva desconstrutivista é possível identificar que a publicação do MBRA é empregada com finalidades políticas para reforçar sua soberania nas posses marítimas e continentais perante a comunidade internacional e todo o conjunto de disputas por recursos naturais que demarcam o início do século XXI. Para que essa finalidade seja efetivada, também é necessário que essa carta seja conhecida pela sociedade nacional argentina, o que é assegurado pela lei 26.651 de 2010, pois visa construir a consciência territorial considerando as posses insulares, continentais e antárticas, o que pode ser identificado quando compreendemos o mapa na concepção visual. Trata-se de um modo de pensar, ver e conceber o território para que assim, seja construída uma consciência nacional fortemente vinculada com as demais porções territoriais que integram a jurisdição argentina, para que desse modo, possa integrá-lo de forma mais efetiva nas atividades econômicas da sociedade nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTINA. Decreto Ley 2191/1957 (1957). **Territorio Nacional de la Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico Sur**. Legislación Nacional, 1957.

COLACRAI, M. **La Política Antártica Argentina y su compromiso con el Tratado Antártico**. Boletín del Centro Naval, nº 836, mai/ago, 2013. pp. 267-276.

FERNÁNDEZ, Edith V. **La Cuestión del Atlántico Sur y la Antártida**. Congreso Internacional de Geografía, Universidad Nacional de Lanús, 2010.

HARLEY, J.B. *La naturaliza de los mapas*. Fondo de Cultura, México, 2005.

LOIS, Carla. "La patria es una e indivisible. In: TerraBrasilis. 1 | 2012; URL : <http://terrabilis.revues.org/138> ; DOI : 10.4000/terrabilis.

PEREIRA, Paula M. **Questão Global e ação do Estado em uma perspectiva comparada: Brasil e Argentina**. Tese de Doutorado-Universidade Federal de Brasília. 2009. Disponível em: <<http://vsites.unb.br>> Acesso em: 12 de setembro de 2010.

_____; CASTRO, H. **Ciência na Antártica: um estudo comparado entre Brasil e Argentina**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Buenos Aires, 2009.